

Auditoria Interna da PREVIC

OUTUBRO de 2020

PAINT 2021

Plano Anual de Auditoria Interna

PREVIC

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PAINT 2021

Plano Anual de Auditoria Interna da Superintendência Nacional de Previdência
Complementar - Previc

Equipe da Audi Previc

Wellington Rodrigues Marques – Auditor Chefe

Guilherme Affonso Browne – Economista

Ivanilza Martins de Souza – Apoio Administrativo

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. ESTRUTURA	4
3. METODOLOGIA	5
3.1. Normativos de Regência	5
3.2. Elaboração do Plano	5
3.2.1. Metodologia de Cálculo das Horas de Atividades	8
3.2.2. Atividades de Gestão da Audi e de Acompanhamento	9
3.2.3. Monitoramento das Recomendações e Determinações Emitidas	9
3.2.4. Ações Selecionadas para a Execução de Auditoria Interna	9
3.3. Ações de Capacitação e de Desenvolvimento Institucional	10
4. CONCLUSÃO	13
ANEXO	a
Quadro 1A – Ações de Auditoria previstas para 2021	a
Quadro 2A – Distribuição das ações de Auditoria ao longo do exercício	b

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc apresenta a sua proposta de Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, no qual foram planejadas as ações de auditoria que deverão ser executadas durante o exercício de 2021. A elaboração do Plano segue as normas estabelecidas pela Controladoria-Geral da União - CGU, previstas nas Instruções Normativas nº 03, de 09 de junho de 2017 e nº 09, de 09 de outubro de 2018.

A proposta foi elaborada considerando o planejamento estratégico e a estrutura de governança da Previc. Contempla também as atividades administrativas e de gestão da própria unidade de auditoria, o acompanhamento e o monitoramento das recomendações e determinações oriundas da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, e ainda, a perspectiva de participação de seus servidores em eventos educacionais de capacitação e de treinamento, que contribuam para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas pela Auditoria Interna - Audi.

Na definição dos processos a serem auditados, no exercício de 2021, foram considerados: a Política de Gestão de Riscos da Previc, instituída pela Portaria nº 536, de 19 de maio de 2017, a Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos da Previc, aprovada na 1ª reunião ordinária da Comissão Permanente de Governança da Previc - CPGOV, realizada no dia 19 de dezembro de 2018 e o Plano de Gestão de Riscos da Previc, aprovado na 467ª Sessão Ordinária da Diretoria Colegiada – Dicol, realizada em 16 de dezembro de 2019, conforme Despacho Decisório nº 214/2019/CGDC/DICOL (SEI nº 0257778), inserido no processo SEI nº 44011.008663/2017-75.

Nos tópicos seguintes, apresenta-se a estrutura e os dados básicos da Previc, as ações de desenvolvimento institucional e de capacitação, as atividades de gestão e de acompanhamento, bem como as ações de auditoria previstas para serem realizadas no exercício de 2021.

2. ESTRUTURA

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc é uma autarquia federal de natureza especial, com sede em Brasília – Distrito Federal, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 e vinculada ao Ministério da Economia, por força do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, com estrutura regimental e quadro de cargos em comissão e funções de confiança aprovados pelo Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017.

A autarquia tem por finalidade atuar como órgão de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelos Fundos de Pensão.

Administrada por uma Diretoria Colegiada – Dicol, composta por um Diretor-Superintendente, que exerce a presidência da autarquia e por quatro Diretores. A Previc possui a seguinte composição diretiva: Diretor-Superintendente - DISUP, Diretoria de Licenciamento - DILIC, Diretoria de Fiscalização e Monitoramento - DIFIS, Diretoria de Orientação Técnica e Normas - DINOR e Diretoria de Administração - DIRAD. Possui ainda, em sua estrutura organizacional, a Procuradoria Federal - PF, a Ouvidoria, a Corregedoria e a Auditoria Interna,

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

além de cinco unidades descentralizadas, sendo elas: os Escritórios de Representação de São Paulo - ERSP; do Rio de Janeiro - ERRJ; do Rio Grande do Sul - ERRS; de Minas Gerais - ERMG e de Pernambuco - ERPE.

A Auditoria Interna da Previc - Audi, órgão seccional de assessoramento e consultoria à Alta Administração, está instalada no Edifício Sede da autarquia, localizado no Setor Comercial Norte (SCN), Quadra 06, Conjunto A, 12º andar, do Edifício Venâncio 3000 – Asa Norte, e-mail: previc.auditoria@previc.gov.br. Tem como atividade principal, a avaliação da efetividade da execução dos programas de governo e do desempenho das áreas meio e fim da autarquia, em relação às atribuições, normas e procedimentos definidos para as mesmas, com o objetivo de colaborar para a maximização dos resultados a serem alcançados, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade.

3. METODOLOGIA

3.1. Normativos de Regência

O Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, regulamenta o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências, tratando em seu artigo 15º e §§1º e 2º das unidades de auditoria interna das Entidades da Administração Pública Federal Indireta. Integra, ainda, o rol de normas acerca da Auditoria Interna, a Instrução Normativa nº 09, de 09 de outubro de 2018, que disciplina normas de elaboração e acompanhamento da execução das atividades de auditoria interna, estabelecendo o conteúdo do *Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT* e do *Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT*; a Instrução Normativa nº 03, de 09 de junho de 2017 (alterada pela IN nº 07, de 06 de dezembro de 2017), que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e a Instrução Normativa nº 08, de 06 de dezembro de 2017, que aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, todas da Controladoria Geral da União – CGU.

3.2. Elaboração do Plano

A elaboração da proposta de Plano Anual de Auditoria Interna da Previc observou o mandamento contido nos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa CGU nº 09/2018, tendo em vista que foi subsidiada pelo planejamento estratégico da autarquia, definido para o período compreendido pelos exercícios de 2017 até 2021, observando os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas adotados pela Previc. Além disso, seguiu as orientações contidas na Instrução Normativa CGU nº 03/2017, uma vez que a definição das ações de auditoria a serem executadas foi baseada na priorização dos processos, considerados estratégicos e de maior risco, definidos na implementação da Política de Riscos da Previc.

O Plano de Gestão de Riscos tem como objetivo geral coordenar as ações de implementação da Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos da Previc nos processos prioritários, zelando pelos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, de maneira a desenvolver a melhoria contínua dos processos organizacionais. Além de definir quais processos da autarquia foram priorizados para a implementação da gestão de riscos, conforme definido na Metodologia de Gestão de Riscos.

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

Nesse sentido é que, na visão da Auditoria Interna, os processos que foram priorizados e, conseqüentemente, tiveram implementados os controles internos necessários, frente aos riscos identificados são os mais indicados para avaliação por meio da ação de auditoria, considerando que esta visa avaliar a eficácia do gerenciamento de riscos implementado em observância à Política de Gestão de Riscos da Previc, estando, assim, em conformidade com a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 01 de 10 de maio de 2016.

As tabelas abaixo, identificam os processos que foram priorizados utilizando-se da Metodologia de Gestão de Riscos da Previc, de acordo com o Plano de Gestão de Riscos para o exercício de 2020, aprovado na 467ª Sessão Ordinária da Diretoria Colegiada – Dicol:

Tabela 01: Processos que já foram submetidos à primeira análise de riscos, em exercícios anteriores à 2020.

Processo	Unidade Responsável
4.3.1 Habilitar dirigentes	CGAF/DILIC
4.1.4 Alterar regulamento de plano de benefícios	CGAT/DILIC
5.2.1 Planejar ações fiscais	CGFD, CGMO/DIFIS
5.2.2 Executar ações fiscais	CGFD, CGMO/DIFIS
15.5 Desenvolver e dar manutenção em sistemas	CGTI/DIRAD
16.3.2 Realizar aquisições e contratações	CGPL/DIRAD
8.4 Realizar auditorias	AUDI/DISUP
10.2 Realizar administração orçamentária e financeira	CGOC/DIRAD
15.4.1 Gerir a segurança da informação em suporte digital	CGTI/DIRAD

Tabela 02: Processos inseridos no Plano de Gestão de Riscos, para o exercício de 2020.

Processo	Unidade Responsável
6.2.3 Instruir e julgar em 1ª instância	CGDC/DISUP
4.1.3 Autorizar criação de regulamentos de planos de benefícios	CGAT/DILIC

Com relação aos processos listados acima, cabe registrar que: Habilitar dirigentes constou no PAINT 2017; Alterar regulamento de plano de benefícios, Planejar ações fiscais e Realizar aquisições e contratações foram inseridos no PAINT 2019; Realizar administração orçamentária e financeira foi inserido no PAINT 2020.

O processo Executar ações fiscais, atualmente, passa por reestruturação, considerando que, de acordo com informações da DIFIS, a Previc está introduzindo, em seu processo de fiscalização para o ano de 2021, o Sistema de Riscos e Controle – SRC que tem por objetivo avaliar continuamente os principais riscos dos planos de benefícios e entidades, bem como avaliar os controles existentes para a mitigação desses riscos. Esse sistema vai atuar conjuntamente com a supervisão permanente, trazendo uma análise mais completa da entidade, inclusive sob os aspectos econômico-financeiros. No final de cada ciclo de supervisão, as entidades sob supervisão permanente receberão uma nota que será o resultado do trabalho da avaliação dos riscos de liquidez, mercado, crédito, atuarial e governança, bem como dos seus controles.

O processo Realizar auditorias, é de responsabilidade da própria unidade de auditoria interna, portanto, foi considerado como não auditável pela Audi.

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

O processo Instruir e julgar em 1ª instância foi avaliado no exercício de 2020 pela Controladoria-Geral da União. Assim, optou-se por sua exclusão do rol de processos auditáveis para o exercício de 2021.

Nesse sentido, considerando as particularidades mencionadas, restaram os processos listados abaixo como possíveis objetos auditáveis para composição do Plano Anual da Auditoria Interna:

Tabela 03: Processos passíveis de serem auditados no exercício de 2021.

Processo	Unidade Responsável
15.5 Desenvolver e dar manutenção em sistemas	CGTI/DIRAD
15.4.1 Gerir a segurança da informação em suporte digital	CGTI/DIRAD
1.3 Autorizar criação de regulamentos de planos de benefícios	CGAT/DILIC

Destarte, na elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT serão definidas 04 (quatro) ações de auditoria, considerando a atual força de trabalho disponível na unidade, além da continuidade da ação remanescente do PAINT 2020. Dentre essas ações, 2 (duas) são recorrentes (monitoramento das recomendações e determinações da CGU e do TCU e o monitoramento das recomendações emitidas pela própria Audi) e 02 (duas) são não recorrentes, definidas, à priori, em função da priorização de processos, realizada pelo gerenciamento de riscos.

Assim, para que a atuação da Auditoria Interna não recaia sobre dois processos de responsabilidade de uma mesma Coordenação-Geral foi desconsiderada ação de auditoria no âmbito do processo Gerir a segurança da informação em suporte digital, acatando, dessa forma, orientação da Diretoria Colegiada.

Cabe registrar que, após a definição do PAINT 2020, ocorreu alteração no quantitativo de servidores disponibilizados para atuação na unidade da Auditoria Interna e, conseqüentemente, não será possível a execução do plano em sua completude, dentro do próprio exercício. Nesse sentido, também faz parte da presente proposta, a sugestão de utilização dos 04 (quatro) primeiros meses do exercício de 2021 para a conclusão da ação referente à avaliação da utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito da Previc.

A importância da realização da referida ação se prende ao fato de ser o SEI uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho e que o sistema foi adotado, no âmbito da Previc, em dezembro de 2016. Assim, se mostra como uma boa oportunidade o desenvolvimento de ação de auditoria com a finalidade de verificar como está sendo feito o uso da ferramenta na autarquia e propor eventuais melhorias.

Portanto, em que pese a impossibilidade de finalização dos trabalhos referente à ação ainda no exercício de 2020, a Audi sugere a continuidade de execução da referida ação com a utilização do primeiro quadrimestre do exercício de 2021, para a sua conclusão.

Assim, a proposta de PAINT da Auditoria Interna da Previc para o exercício de 2021, contempla, pelos motivos expostos, os seguintes processos:

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Tabela 04: Processos a serem auditadas no exercício de 2021.

Ord	Processo	Unidade Responsável
01	Continuidade da ação: Avaliar a utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI	PREVIC
02	Desenvolver e dar manutenção em sistemas	CGTI/DIRAD
03	Autorizar criação de regulamentos de planos de benefícios	CGAT/DILIC

3.2.1. Metodologia de Cálculo das Horas de Atividades

Na apuração do tempo necessário para a realização das atividades de auditoria estima-se em horas/homem a força de trabalho disponível na unidade. Sendo assim, considera-se a jornada diária de trabalho por servidor, correspondente aos dias úteis do calendário do ano de 2021, excluídos os períodos de férias e a distribuição das funções, de acordo com os cargos ocupados e com base nos seguintes parâmetros:

- a) A jornada de trabalho de oito horas diárias de 1 (um) Auditor, mais o Auditor Chefe;
- b) O número de dias úteis no ano 2021, correspondente a 248 dias; e
- c) O período relativo ao mês de férias dos auditores = 22 dias úteis (30 dias de férias).

Dessa forma, o quantitativo aferido da força de trabalho para o exercício de 2021 é calculado da seguinte forma: Janeiro a Dezembro => 2 servidores x 8 horas x 226 dias úteis = 3.616 horas/homens.

Nas horas destinadas a cada ação estão inclusos o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos, a coleta e a análise de dados, a leitura e a interpretação da legislação pertinente, a elaboração das solicitações, das notas e dos relatórios de auditoria.

Considerando as atividades a serem desempenhadas pela unidade de Auditoria Interna da Previc, no exercício de 2021, distribui-se o total de horas na seguinte proporção:

Tabela 5: PAINT Previc 2021 - Distribuição das horas por atividades

ATIVIDADE	HORAS/HOMEM	PARTICIPAÇÃO
Gestão da Audi	542 (a)	30%
Acompanhamento	633 (a)	35%
Monitoramento das Recomendações/Determinações	542 (b)	15%
Execução das Ações Auditoria	1175 (c)	65%
Capacitação e Desenvolvimento Institucional	181 (b)	5%
Afastamentos	181 (b)	5%
Atividades Internas	362 (b)	10%
Total de horas	3616	

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

- (a) *Atividades que consideram apenas a força de trabalho do Auditor Chefe;*
- (b) *Atividades que consideram a força de trabalho de todo o contingente da Audi; e*
- (c) *Atividade que considera a força de trabalho dos Auditores que executam o “trabalho de campo”.*

3.2.2. Atividades de Gestão da Audi e de Acompanhamento

As atividades de gestão da Audi e de acompanhamento são executadas, em princípio, pelo Auditor Chefe e, em sua ausência, pelo seu substituto. A primeira está relacionada ao funcionamento da unidade, com ações administrativas e de coordenação do setor, como a gestão de recursos humanos, a confecção de expedientes, o acompanhamento do planejamento das ações de auditoria, a elaboração de relatórios de atividades e as ações necessárias ao relacionamento da Audi com os gestores da Previc.

As atividades de acompanhamento consistem em dar suporte técnico e operacional às demandas dos órgãos de controle (TCU e CGU) e aos servidores da própria Audi. Neste conjunto de atividades estão o monitoramento do andamento das diligências externas e das solicitações de auditoria, a análise e a elaboração dos planos de providências e o assessoramento técnico e a consultoria aos gestores da Previc, tanto na elaboração do Relatório de Gestão, quanto na interpretação da matéria objeto de diligências, de solicitações de auditoria ou de relatórios. As atividades de acompanhamento compreendem, também, o apoio operacional às equipes de auditoria da CGU e do TCU, quando da realização de auditorias ou fiscalizações “*in loco*”, como o acompanhamento dos Auditores em reuniões de apresentação e reuniões técnicas com os gestores da Previc.

3.2.3. Monitoramento das Recomendações e Determinações Emitidas

Consiste em dar o suporte necessário para o cumprimento das recomendações e determinações emitidas tanto pela Auditoria Interna quanto pela CGU e pelo TCU. Tal atividade é desenvolvida pelos servidores da Audi com a supervisão do Auditor Chefe.

3.2.4. Ações Selecionadas para a Execução de Auditoria Interna

As ações de auditoria planejadas objetivam o aprimoramento das atividades desempenhadas pela Previc, bem como, a avaliação do gerenciamento de riscos, da governança e dos controles internos da gestão, com a verificação do desempenho e da conformidade das atividades das unidades gestoras, comparando-as com os objetivos e metas da instituição e com os preceitos legais e regulamentares vigentes.

Foram definidas ações de auditoria julgadas de maior relevância para o momento, considerando o planejamento estratégico, bem como os procedimentos de implementação do gerenciamento de riscos, no âmbito da autarquia. Além disso, foi observada a capacidade operacional do corpo técnico e da disponibilidade para a execução das atividades ao encargo da Audi.

Considerando a exigência prevista no inciso VI, do art. 5º, da Instrução Normativa CGU nº 9, de 09 de outubro de 2018, no sentido de ser necessária a “*indicação de como serão tratadas as demandas extraordinárias recebidas pela UAIG durante a realização do PAINT*”, cabe destacar o que ficou consignado no Anexo I, do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, que

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Autarquia e trata das competências da unidade de Auditoria Interna em seu art. 19, o seguinte:

Art. 19. À Auditoria Interna compete.....

*V - promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira de programas, projetos e atividades e **executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Diretor-Superintendente**; (grifo nosso)*

Nesse sentido, em caso de determinação do Diretor-Superintendente da Previc para que a Auditoria Interna realize alguma ação extraordinária deverá ser realizada uma avaliação se tal ação supera a capacidade operacional da unidade.

No caso de não ser possível a conciliação da nova demanda com as ações já planejadas, será promovido o devido ajuste no PAINT, com o encaminhamento para aprovação da Diretoria Colegiada e a consequente comunicação ao órgão de controle interno.

Os recursos humanos disponíveis para a execução das ações de auditoria são alocados de acordo com a formação e a experiência de cada profissional nos temas que serão auditados. Por sua vez, o tempo destinado a cada ação considera a sua relevância e a disponibilidade de profissionais para a sua execução. Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores que prejudiquem a sua realização no período estipulado, tais como treinamentos (cursos e congressos), trabalhos especiais, atendimento a demandas do Tribunal de Contas da União – TCU, da Controladoria-Geral da União - CGU e da Administração Superior da Previc, entre outros.

Nos Quadros 1A e 2A constantes do ANEXO, estão descritas as atividades e as ações de auditoria previstas para o exercício de 2021, bem como o cronograma de execução.

3.3. Ações de Capacitação e de Desenvolvimento Institucional

Em atendimento à necessidade de atualização constante do corpo técnico da Audi está prevista, para o exercício de 2021, a participação dos servidores em eventos e atividades de capacitação profissional, a exemplo dos cursos oferecidos pelo Programa de Capacitação dos Servidores, promovidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Previc, das ações educacionais do Programa de Desenvolvimento de Competências do Instituto Serzedello Corrêa do TCU, da Controladoria-Geral da União – CGU e da Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

Há previsão, também, de participação dos servidores nos cursos abaixo elencados, caso haja recursos orçamentários e os eventos sejam disponibilizados, pela entidade promotora, para realização em Brasília/DF:

<p>I – Fraud Duração: 24 horas Objetivos: Auxiliar o participante na detecção, tratamento, controle e prevenção da fraude em processos, bem como na utilização do Canal de Denúncias como ferramenta efetiva para fortalecer a ética e o combate à fraudes na empresa.</p>

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

MÓDULO 1 - THE IIA – O INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS

- 1.1 Apresentação corporativa
- 1.2 Público alvo
- 1.3 Objetivos do treinamento

MÓDULO 2 - INTRODUÇÃO

- 2.1 Qual a visão do auditor hoje?
- 2.2 Como combater as fraudes?
- 2.3 Como atuar na prevenção?
- 2.4 Atuação e conduta do auditor de fraudes
- 2.5 Perfil esperado do auditor interno
- 2.6 O Auditor interno em processo de investigação de fraude
- 2.7 Estatuto/ Política/ Regimento

MÓDULO 3 - FRAUDES

- 3.1 Definições
- 3.2 Contextualização da fraude
- 3.3 No Brasil
- 3.4 No mundo
- 3.5 Consequências que impactam no mercado

MÓDULO 4 - AMBIENTE DA FRAUDE

- 4.1 Quem comete as fraudes
- 4.2 Tipos de fraudes mais frequentes no Brasil e no mundo
- 4.3 Pesquisas do ICTS – PROTIVITI: O retrato da fraude corporativa no Brasil
- 4.4 A árvore da fraude da ACFE – Association of Certified Fraud Examiners

MÓDULO 5 - MODALIDADES DE FRAUDE

- 5.1 Modelo do triângulo da fraude
- 5.2 Modelo do diamante da fraude

MÓDULO 6 - EXEMPLOS DE FRAUDES NAS INSTITUIÇÕES

- 6.1 Fraudes em compras
- 6.2 Fraudes em instituições bancárias
- 6.3 Fraudes em atividades terceirizadas
- 6.4 Fraudes em transportes
- 6.5 Fraudes em inventário ou estoques
- 6.6 Fraudes na área de RH
- 6.7 Fraudes na área de processos trabalhistas
- 6.8 Fraudes na área financeira e contábil
- 6.9 Fraudes nas áreas de produção ou manutenção
- 6.10 Fraudes na área de tecnologia da informação

MÓDULO 7 - CLASSIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS AUDITORIAS DE FRAUDES

- 7.1 Auditoria reativa
- 7.2 Auditoria preventiva
- 7.3 Auditoria investigativa

MÓDULO 8 - RECUPERAÇÃO DE PERDAS E DANOS SOFRIDOS PELA FRAUDE

- 8.1 Aspectos para serem avaliados e definidos pela empresa
- 8.2 Medidas judiciais – Ressarcimento do dano
- 8.3 Medidas trabalhistas (empresas)
- 8.4 Medidas trabalhistas (servidor público)

MÓDULO 9 - SINAIS DETECTIVOS DE FRAUDES

- 9.1 Red Flags ou Bandeiras Vermelhas

MÓDULO 10 - IMPORTÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS PARA A PREVENÇÃO DA FRAUDE

- 10.1 Definições

MÓDULO 11 - FERRAMENTAS DE CONTROLES E RISCOS EM FRAUDES

- 11.1 Novo COSO – ERM 2017
- 11.2 COBIT 5 - Auditoria baseada em riscos
- 11.3 Avaliação de riscos De T.I – ABNT NBR ISO/IEC 27001
- 11.4 ISO 31000

MÓDULO 12 - LAVAGEM DE DINHEIRO

- 12.1 Leis e resoluções que mencionam o crime de lavagem de dinheiro
- 12.2 Significado
- 12.3 COAF - Conselho de controle de atividades financeiras
- 12.4 Autoridades administrativas

MÓDULO 13 - PRINCIPAIS LEIS ANTICORRUPÇÃO NO MUNDO - FCPA, SOX, UKBA, LEI

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

12.846/13

- 13.1 FCPA Estados Unidos
- 13.2 SOX (Sarbanes Oxley) Estados Unidos
- 13.3 UKBA Reino Unido
- 13.4 LAC (Lei Anticorrupção) - Brasil
- 13.5 Corrupção no mundo

MÓDULO 14 - PROGRAMA ANTIFRAUDE

MÓDULO 15 - CANAL DE DENÚNCIAS

- 15.1 Meios, infraestrutura e recursos
- 15.2 Apuração das denúncias
- 15.3 Fluxo macro do modelo
- 15.4 Fluxo detalhado do tratamento da denúncia
- 15.5 Áreas e responsabilidades atribuídas
- 15.6 Métricas ou gráficos para controle e acompanhamento

II – COSO ERM 2017

Duração: 32 horas

Objetivos: Aprender os conceitos do Gerenciamento de Riscos Corporativos (GRC) do novo COSO ERM 2017, reconhecer o valor do GRC na definição e execução da estratégia e objetivos de negócio, entender a relação entre performance e GRC e agregar potencial de aplicação prática.

MÓDULO 1 – VISÃO GERAL

- 1.1 Por que Gerenciamento de Riscos Corporativos é Importante?
- 1.2 Um Pouco Sobre o COSO e Algumas Publicações
- 1.3 Principais Mudanças e Benefícios do COSO ERM 2017
- 1.4 Definições e Conceitos
- 1.5 Gerenciamento de Riscos Corporativos versus Valor e Estratégia
- 1.6 Integração à Definição de Estratégia e Performance
- 1.7 Os 5 Componentes e os 20 Princípios
- 1.8 Perfil de Riscos, Apetite à Risco, Performance, Visão de Portfólio
- 1.9 Principais Funções, Papéis e Responsabilidades

MÓDULO 2 – GOVERNANÇA E CULTURA

- 2.1 Introdução
- 2.2 Detalhamento e Discussão dos Princípios 1, 2, 3, 4 e 5
- 2.3 Estudo de Caso

MÓDULO 3 – ESTRATÉGIA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

- 3.1 Introdução
- 3.2 Detalhamento e Discussão dos Princípios 6, 7, 8 e 9
- 3.3 Estudo de Caso

MÓDULO 4 – PERFORMANCE

- 4.1 Introdução
- 4.2 Detalhamento e Discussão dos Princípios 10, 11, 12, 13 e 14
- 4.3 Estudo de Caso

MÓDULO 5 – ANÁLISE E REVISÃO

- 5.1 Introdução
- 5.2 Detalhamento e Discussão dos Princípios 15, 16 e 17
- 5.3 Estudo de Caso

MÓDULO 6 – INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

- 6.1 Introdução
- 6.2 Detalhamento e Discussão dos Princípios 18, 19 e 20
- 6.3 Estudo de Caso

III - Report - Relatórios de Auditoria

Duração: 16 Horas

Objetivos: Apresentar técnicas para elaboração de relatórios e modelos para aumentar a eficácia na comunicação de resultados de trabalhos de auditoria.

MÓDULO 1 - A TAREFA DE ESCREVER RELATÓRIOS DE AUDITORIA

- 1.1 Critérios e a Importância dos Relatórios
- 1.2 Por que Escrever Relatórios?
- 1.3 Os Leitores dos Relatórios
- 1.4 Como os Leitores Utilizam os Relatórios
- 1.5 Limitações Impostas aos Relatórios e ao seu Redator

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

MÓDULO 2 – COMPONENTES DA OBSERVAÇÃO DA AUDITORIA

- 2.1 Os Cinco Componentes da Observação da Auditoria
- 2.2 Tipos de Critérios: Internos, Externos, Melhores Práticas
- 2.3 Condição: Níveis de Detalhe
- 2.4 Sumários – Técnicas para Resumo
- 2.5 Causa e Níveis de Causa
- 2.6 Níveis de Efeito ou Consequência
- 2.7 Recomendações e Planos de Ação

MÓDULO 3 – ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

- 3.1 Construção de um Relatório de Auditoria
- 3.2 A Importância das Várias Seções em um Relatório de Auditoria
- 3.3 Quatro Formatos para Escrever a Observação da Auditoria
- 3.4 As Vantagens e Desvantagens de Diferentes Formatos de Relatórios

MÓDULO 4 – QUALIDADE DOS RELATÓRIOS

- 4.1 Precisão
- 4.2 Objetividade
- 4.3 Clareza
- 4.4 Concisão
- 4.5 Construtivo
- 4.6 Completude
- 4.7 Coerência

MÓDULO 5 – TÉCNICAS DE REDAÇÃO

- 5.1 Praticando a Objetividade
- 5.2 Garantindo Clareza nas Sentenças
- 5.3 Refraseando Terminologias Técnicas
- 5.4 Escrevendo de Forma Legível e com Objetividade

Já com relação às ações de desenvolvimento para o fortalecimento das atividades de controle interno, no exercício de 2021, a Audi pretende dar continuidade à implementação de seu Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade – PGMQ, conforme as disposições da Instrução Normativa CGU nº 03, de 09 de junho de 2017, bem como, de acordo com as definições da Ação de Auditoria 04/2018, que teve como objeto, justamente, o desenvolvimento e a implementação do referido programa às atividades da unidade de auditoria interna da Previc.

4. CONCLUSÃO

Esta é a proposta do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2021, que ora apresenta-se à análise da Controladoria-Geral da União, conforme dispõe o Artigo 6º da Instrução Normativa CGU nº 9, de 09 de outubro de 2018, após aprovação da Diretoria Colegiada da Previc, ocorrida na 510ª Sessão Ordinária.

Brasília, outubro de 2020.



Wellington Rodrigues Marques
Auditor Chefe da Previc

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.
(61) 2021-2000 www.previc.gov.br

ANEXO

Quadro 1A – Ações de Auditoria previstas para 2021

Nº	Descrição	Origem da Demanda	Avaliação Risco/Relevância	Objetivos da Auditoria	Escopo do Trabalho
01	Recomendações e determinações da CGU e do TCU referentes aos Relatórios de Auditoria e Acórdãos dos exercícios anteriores.	CGU/TCU	Necessidade de monitoramento das recomendações e determinações pendentes de atendimento, provenientes das ações realizadas pelos órgãos de controle.	Pretende-se como resultado o cumprimento das recomendações e determinações pendentes de atendimento.	Serão verificadas 100% do número de recomendações e determinações pendentes.
02	Recomendações referentes aos relatórios de auditoria da Audi	AUDI	Necessidade de monitoramento das recomendações pendentes de atendimento, provenientes das ações realizadas pela Auditoria Interna.	Verificar as recomendações pendentes de implementação emitidas pela Audi. Pretende-se como resultado o cumprimento das recomendações pendentes de atendimento.	Serão verificadas 100% do número de recomendações pendentes.
03	Continuidade da ação: Avaliar a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.	AUDI	Ação considerada relevante pela Audi, tendo em vista a importância do SEI para a gestão de documentos e processos eletrônicos da autarquia.	Avaliar se os procedimentos adotados pelos servidores na utilização do SEI estão aderentes às melhores práticas e aos controles internos instituídos pela administração.	À ser definido no planejamento operacional dos trabalhos.
04	Avaliar os controles internos instituídos para o processo Autorizar criação de regulamentos de planos de benefícios.	Política de Gestão de Riscos da Previc	Ação definida no Plano de Gestão de Riscos como prioritária à implementação do gerenciamento de riscos.	Avaliar se os procedimentos adotados no processo de trabalho estão aderentes aos controles internos instituídos pela Administração.	À ser definido no planejamento operacional dos trabalhos.
05	Avaliar os controles internos instituídos para o processo Desenvolver e dar manutenção em sistemas.	Política de Gestão de Riscos da Previc	Ação definida no Plano de Gestão de Riscos como prioritária à implementação do gerenciamento de riscos.	Avaliar se os procedimentos adotados no processo de trabalho estão aderentes aos controles internos instituídos pela Administração.	À ser definido no planejamento operacional dos trabalhos.

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.

(61) 2021-2000

www.previc.gov.br

Quadro 2A – Distribuição das Ações de Auditoria ao longo do exercício

N°	Descrição	Cronograma		Local de realização	Recursos humanos	
		Período de realização	Homem/hora		RH	Conhecimentos específicos
01	Recomendações e determinações da CGU e do TCU referentes aos Relatórios de Auditoria e Acórdãos dos exercícios anteriores.	Janeiro a dezembro	271	AUDI	02	Conteúdo dos Relatórios de Auditoria da CGU e Acórdãos do TCU.
02	Recomendações referentes aos Relatórios de Auditoria da Audi.	Janeiro a dezembro	271	AUDI	02	Conteúdo dos Relatórios de Auditoria.
03	Continuidade da ação: Avaliar a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.	Janeiro a abril	275	AUDI	01	Funcionalidades do SEI.
04	Avaliar os controles internos instituídos para o processo Autorizar criação de regulamentos de planos de benefícios.	Maió a agosto	450	AUDI	01	Política, Metodologia e Plano de Gestão de Riscos da Previc.
05	Avaliar os controles internos instituídos para o processo Desenvolver e dar manutenção em sistemas.	Setembro a dezembro	450	AUDI	01	Política, Metodologia e Plano de Gestão de Riscos da Previc.

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000. Brasília/DF.

(61) 2021-2000

www.previc.gov.br